

## PEC 55 e contra-reforma da Previdência alvejam Constituição

O Senado Federal votou, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição 55/2016 (ex-PEC 241/2016), que congela por vinte anos os gastos primários do Orçamento da União, incluindo os recursos para a educação e a saúde. Por suas implicações para a grande maioria da população brasileira, que depende das redes públicas de ensino e do Sistema Único de Saúde (SUS), trata-se de medida das mais perversas já editadas pelo Estado brasileiro.

E, nesse sentido, o apelido “PEC do Fim do Mundo” parece absolutamente adequado. Não é preciso grande exercício de imaginação para prever que, quando seus efeitos se fizerem sentir, agravando o já alarmante subfinanciamento do SUS, as tragédias costumeiras nas filas de espera dos hospitais públicos vão multiplicar-se. Por outro lado, será revertida a tendência de expansão gradual do financiamento da educação pública, que, não obstante limitações e recuos, vinha registrando-se nos últimos anos.

Para além das consequências funestas da PEC 55, é preciso destacar sua real finalidade: transferir para o sistema financeiro os recursos públicos negados aos gastos sociais. Dito de outra forma, o corte nos gastos primários destina-se ao pagamento da dívida pública — que garante ao diminuto grupo social representado por banqueiros, especuladores e rentistas lucros excelentes mesmo em meio à profunda crise econômica.

**Agenda ultraliberal.** Os grupos que galgaram o poder por meio do *impeachment* têm pressa em implantar sua agenda ultraliberal, expressa no documento “Uma ponte para o futuro”. A PEC 55, também designada como “Novo Regime Fiscal”, é o instrumento com o qual pretendem dar início ao desmonte da Constituição Federal (CF) de 1988.

As incongruências e ilegalidades da medida já foram apontadas por instituições e analistas diversos. Em nota técnica sobre a então PEC 241, o Departamento Inter-

sindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (Dieese) observa que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, “tem afirmado que o problema da despesa pública é estrutural, em razão, principalmente, das despesas obrigatórias definidas na CF” e que, portanto, para controlá-las, seria necessário reformar a Carta.

“Desta forma”, prossegue a nota do Dieese, “no ajuste que está sendo conduzido, as despesas financeiras — pagamento de juros e amortização da dívida pública — que consomem aproximadamente 45% do Orçamento Geral da União, são desconsideradas pela nova equipe econômica. Despesas que de alguma forma têm impacto sobre a vida do trabalhador, como, por exemplo, as relacionadas à Previdência Social e aos sistemas de saúde e de educação públicos e que acabam servindo de margem para a nova política fiscal”.

**Inconstitucional.** A Consultoria Legislativa do próprio Senado considera que a PEC 55 é inconstitucional, por ferir cláusula pétrea da CF (Artigo 60, §4º, inciso III: “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: ... a separação dos Poderes”). “O ‘Novo Regime Fiscal’ — que consiste, em síntese, no estabelecimento de limites individuais de despesas primárias para os próximos vinte exercícios financeiros para Poderes e órgãos da União com base na despesa paga, no ano de 2016, corrigida anualmente pela inflação apurada até junho do exercício anterior — é medida draconiana que possui graves consequências”, diz documento assinado por Ronaldo Jorge Araújo Vieira Junior, consultor legislativo do Senado. (<http://bit.ly/2fxwUUG>).

De acordo com Vieira Junior, o instrumento proposto pelo governo Temer “estrangula e mitiga a independência e autonomia financeira do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, e a autonomia financeira do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, na medida em que impõe,

na realidade, o congelamento de despesas primárias por vinte exercícios financeiros”, inviabilizando pelos próximos vinte anos “qualquer perspectiva de ampliação da atuação desses Poderes e órgãos”. A PEC 55 atinge “o núcleo essencial do princípio da separação de Poderes, que é considerada cláusula imodificável de nosso ordenamento constitucional por força do que estabelece o art. 60, §4º, inciso III, da CF”.

Opinião semelhante manifestou a Secretaria de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral da República na Nota Técnica PGR/SRI 82/2016, segundo a qual “a proposta em tela, que pretende impor limitação orçamentária vintenária e que toma por parâmetro exercício financeiro (2016) marcado por um agressivo corte orçamentário [...] implica, inexoravelmente, o enfraquecimento das instituições do Estado” e “tende a afrontar a independência e autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário e a autonomia das instituições do Sistema de Justiça”, razão pela qual “é inconstitucional”.

**Previdência.** Vale ressaltar ainda que a conta da seguridade social, na qual se insere a Previdência Social, constitui o maior fundo público do Estado Brasileiro (R\$ 707 bilhões em 2015), como

lembrou a professora Sara Grannemann (UFRJ), em debate promovido pela Adusp em 29/11 (**vide p. 3**). Não surpreende, portanto, que desperte os apetites do sistema financeiro e de um governo constituído por partidos de viés privatizante como PMDB e PSDB, com total apoio da mídia, que voltou a martelar a tese do “rombo da Previdência”.

A reforma, ou melhor dizendo a contra-reforma da Previdência, ainda não está formatada em definitivo, mas seus eixos principais já foram anunciados: nivelar por baixo os benefícios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), do funcionalismo público, e do Regime Geral (RGPS); impor maior tempo de contribuição; ampliar (e igualar) as idades mínimas de aposentadoria de homens e mulheres. É mais um claro ataque à CF, a qual instituiu o sistema de Seguridade Social que, mal ou bem, oferece certa proteção aos assalariados e às camadas sociais mais empobrecidas.

Reagir a tais medidas, repudiar a PEC 55 e a pretendida contra-reforma da Previdência, mobilizar-se em defesa dos direitos inscritos na CF, é mais que uma iniciativa inteligente de autopreservação. É uma atitude de engajamento ético e político em favor de um verdadeiro projeto de nação, soberano e democrático.

### Deliberações da Assembleia Geral de 1/12/16

- 1) Em razão da gravidade da conjuntura política nacional e local, a categoria declarou-se em Assembleia Permanente;
- 2) A primeira Assembleia Geral de 2017 deliberará sobre o ingresso de ação judicial contra “Nova CPA” e “Estatuto do Docente”;
- 3) A Adusp publicará, no primeiro semestre de 2017, três dossiês temáticos sobre:
  - Carreira e Avaliação Docente,
  - Hospital Universitário (HU),
  - Direito de Greve.
- 4) Moções aprovadas:
  - De apoio às greves contra a PEC 55/16,
  - De apoio aos estudantes do Instituto de Física sindicados por atuação política,
  - De apoio ao Centro Acadêmico da Física (Cefisma)
  - De repúdio à repressão policial às manifestações públicas no Brasil.

# Marcha contra PEC 55 é duramente reprimida

Milhares de pessoas participaram, no dia 29/11, da marcha “Ocupa Brasília”, para lutar contra a aprovação, pelo Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/16. A marcha foi pacífica, porém a resposta do governo federal e da Polícia Militar do Distrito Federal (PM-DF) foi uma enorme repressão, com emprego de centenas de bombas e balas de borracha, que feriram dezenas de jovens e idosos.

Além disso, houve evidências da infiltração de agentes provocadores entre os manifestantes. No dia seguinte, a mídia explorou o “vandalismo”, escamoteando a violência policial, sem destaque às reivindicações. A seguir, um resumo do relato do Andes-Sindicato Nacional.

A concentração da manifestação começou às 14h, em frente ao Ministério da Educação (MEC). Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, deu uma aula pública sobre os perigos decorrentes da aprovação

da PEC, explicitando como o projeto serve para retirar direitos da população mais pobre, enquanto garante lucros maiores aos grandes empresários e banqueiros.

Às 16h, os manifestantes se dirigiram ao Museu Nacional, onde já se concentravam milhares de pessoas. Nem a chuva que caiu afastou da manifestação os milhares de docentes, estudantes e demais categorias de trabalhadores que chegaram a Brasília das mais variadas localidades do país para protestar contra a PEC 55.

“A PEC vai destruir a universidade pública”, comentou Adolfo Oliveira Neto, docente da Universidade Federal do Pará (UFPA) que compõe o Comando Nacional de Greve (CNG) do Andes-SN. “Com ela, não consolidaremos cursos novos, não teremos dinheiro para pesquisa e extensão, vai acabar a assistência. Ela vai desmontar a universidade, e precisamos nos manifestar”. Ele ressaltou a pre-

sença de manifestantes de todos os Estados.

**Maior desde 2003.** A manifestação saiu com tranquilidade do Museu, e percorreu toda a Esplanada dos Ministérios até o Congresso Nacional, onde os senadores apreciavam a proposta em primeiro turno. A marcha foi o maior ato na capital federal, em unidade de trabalhadores e estudantes, desde a Reforma da Previdência de 2003.

A PM-DF, em conjunto com a Polícia Legislativa, rapidamente iniciou a repressão. Os policiais lançaram gás de pimenta nas pessoas e começaram a jogar bombas do alto, em diferentes pontos da manifestação, o que provocou correria. Várias pessoas caíram e foram atingidas pelas bombas e estilhaços.

Mesmo com o recuo dos manifestantes, a polícia avançava contra as pessoas com a tropa de

choque e a cavalaria e seguia com bombas para todos os lados. O carro de som, onde estava a coordenação do ato e jornalistas, foi impedido de seguir.

Uma hora depois, os manifestantes se reagruparam próximo ao Museu Nacional, mas a repressão seguiu. A PM-DF demonstrava clara intenção de levar a marcha o mais longe possível do Congresso Nacional. Dezenas de pessoas ficaram feridas e algumas foram detidas.

“Conseguimos mostrar essa resistência, juntamos mais de 30 mil pessoas em Brasília, foi a maior manifestação com presença sindical da última década. Foi um ato muito bonito, democrático e pacífico. Porém, na frente do Congresso, a polícia reagiu com uma repressão que caracteriza o Estado de Exceção que está crescendo no país”, declarou o professor Amauri de Medeiros, tesoureiro do Andes-SN.

## Pesquisa de docentes da EACH e da Unifesp revela que 88% dos paulistanos rejeitam cortes de gastos sociais

Uma pesquisa coordenada por docentes da USP e da Unifesp revela que a maioria da população paulistana rejeita corte de gastos em saúde e educação. Nada menos de 88,88% dos entrevistados disseram não concordar com a afirmação “Num momento de crise, o governo precisa cortar gastos em saúde e educação”. O dado é interessante, uma vez que o universo de entrevistados compreende um espectro ideológico em que a maior parte deles se autodeclara “conservador”, ainda que em graus variados.

Intitulada “Pesquisa com moradores da cidade de São Paulo sobre mobilização e engajamento políticos, identidades e opiniões políticas” (disponível na íntegra em <http://bit.ly/2gcBf01>), ela foi coordenada por Esther Solano, professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e Márcio Moretto Ribeiro e Pablo Ortellado, professores da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP).

Realizada em outubro de 2016 em diversos pontos da capital paulista, com cotas por idade, sexo e região da cidade, ouviu 1.058 pessoas.

A amostra compreende dife-

rentes faixas de renda: 30% até R\$ 1.760; 20,1% de R\$ 1.760 a R\$ 2.640; 26,1% de R\$ 2.640 a R\$ 4.400; 17,3% de R\$ 4.400 a R\$ 8.800; 4,7% de R\$ 8.800 a R\$ 17.600; 1,8% acima de R\$ 17.600,00. Envolve ainda todas as faixas de escolaridade — ensino fundamental incompleto 14,9% e completo 5,1%, médio incompleto 11,7% e completo 32,6%, superior incompleto 14,6% e completo 21,1% — e de identidade religiosa: católica 39,7%, evangélica pentecostal 19,7% e não pentecostal 10,1%, espírita 6%, umbanda 1,1%, nenhuma 19,1%.

“Nosso objetivo era principalmente medir quanto as pautas das elites políticas têm sido bem sucedidas em mobilizar a população e como essas pautas variam de acordo com a identidade política do entrevistado”, explica ao *Informativo Adusp* o professor Moretto. “Um dos achados da pesquisa foi identificar consensos entre os paulistanos (tanto entre os auto-declarados de direita e de esquerda como aqueles que não se identificam com nenhum dos polos do espectro ideológico): defesa dos serviços públicos, defesa do meio-ambi-

ente e punitivismo (defesa de maior tempo de cadeia)”.

**Identidade política.** Do ponto de vista da identidade política, 8,3% se identificam como de direita e outros 4,8% como de centro-direita, ao passo que 12,5% se dizem de esquerda e outros 3,7% de centro-esquerda. Apenas 2% se dizem de centro, 54% rejeitam todas as opções (“nada disso”) e 14,3% não sabem dizer. Ainda nesse campo, 32,6% dos entrevistados se declararam “muito” conservadores e 36,6% “um pouco” conservadores, contra apenas 19,1% que se identificam como “nada” conservadores (11,7% não sabem se situar).

Apesar de tais índices, 53,1% rejeitam a afirmação de que “as empresas estatais, como os Correios e o Banco do Brasil, deviam ser privatizadas”, contra 30,2% que concordam e 16,7% que não sabem responder. Outros resultados: 54,1% concordam que o programa Bolsa-Família “é necessário para reduzir a desigualdade”; 83,1% apoiam o enunciado “todo mundo deveria trabalhar com carteira assinada”; para 83,8% “quem começou a trabalhar cedo deve poder se aposentar cedo, sem limite mínimo

de idade”; e 94,5% concordam que “as terras dos índios devem ser respeitadas pelos fazendeiros”.

Por outro lado, há grande divisão quanto a cotas para negros e pobres nas universidades públicas: 47,7% discordam, 46% concordam e 6,2% não sabem; 50,6% concordam com a redução do número de funcionários públicos e 41,3% discordam; 64% concordam que “fazer aborto é pecado”; 73,8% entendem que os criminosos precisam ser punidos com mais tempo de cadeia.

“A pesquisa descobriu que a opinião política do paulistano médio é uma estranha combinação de ambientalismo, conservadorismos morais — como a condenação ao aborto e o aumento da penalidade a criminosos — e defesa de direitos sociais”, sintetizou o professor Ortellado, a pedido do *Informativo Adusp*. “Nesse quesito, vale destacar que uma expressiva maioria discorda que sejam aceitáveis cortes em saúde e educação, mesmo em momentos de crise, e que se amplie o tempo de contribuição de aposentadoria para quem contribuiu desde cedo — que são os dois pontos centrais da agenda de reformas liberais do governo Temer”.

# Mais ataques a direitos com Reforma da Previdência

No dia 29/11, foi colocada em votação no Senado a Proposta de Emenda à Constituição 55 (PEC 55/16), que estabelece um limite para os gastos públicos pelos próximos 20 anos. Apesar da dura resistência dos movimentos sociais, especialmente da juventude e dos secundaristas, das entidades representativas de trabalhadores da educação e de outros setores, a PEC 55 foi aprovada na madrugada do dia seguinte e deve ser apreciada em segundo turno no dia 13/12. Neste sentido, também como atividade do Dia Nacional de Luta contra a PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio, a Adusp realizou um debate no auditório da Faculdade de Educação da USP com Sara Granemann, docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especialista em Previdência Social.

Intitulado “Novos Ataques aos Direitos Sociais - PEC 55/16 (ex-241) e Reforma da Previdência”, o debate iniciou-se com Sara Granemann explicando que a ideia de previdência remonta aos tempos da Comuna de Paris, em 1871, e é “bela”, pois “o marco dessa proteção foi criado pelos trabalhadores, como vários outros direitos que se constroem a partir dali, como educação e saúde”. Portanto, nasce como um “exercício profundo de solidariedade entre a classe trabalhadora”, a saber: “proteger, pela solidariedade, os que estão desprotegidos numa determinada fase da vida”. Cada trabalhador “contribui ou expropria”, no caso da Comuna, “a riqueza produzida, sendo uma parte usada para cuidar daqueles que precisam de cuidados”.

“Obviamente”, disse Sara, “essa não é a ideia que se desenvolve no modo de produção capitalista”. Dez anos depois da Comuna de Paris, é Bismarck quem cria um modelo previdenciário muito restritivo e nos moldes de um seguro, não de uma seguridade e de uma solidariedade: “É como se fosse um seguro que você paga para ter depois de volta”. No tempo presente, segundo a professora, a reforma da Previdência é, na verdade, um projeto de “contrarreforma” e, diferentemente da concepção generosa dos *communards* de Paris, o projeto do presidente Michel Temer “não é nem um pouco belo”.

Ela citou no debate um estudo

realizado pelo “Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social”, criado em 2016 no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência Social, com a finalidade de nortear a proposta de reforma que o governo Temer vem preparando (<http://bit.ly/2gNjLJj>). “Embora ainda não tenhamos visto o projeto”, disse ela, um dos pontos do estudo propõe que “os benefícios previdenciários devem ser desvinculados do salário mínimo”.

Sara mencionou, então, um documento do Banco Mundial publicado em 1994, segundo o qual, nos países em desenvolvimento, a Previdência deve ser suficiente apenas para combater a indigência na velhice. “O que é a indigência na velhice? É mais ou menos a esotérica linha da pobreza”, ironizou Sara. Em Portugal, comentou ela, “desvincular os benefícios previdenciários do salário mínimo nacional (€ 880), significou ter uma ‘renda de indigência’ de € 500. No Brasil, fala-se de uma ‘renda de indigência’ de meio salário mínimo (R\$ 440)”.

Outro ponto do estudo do “Fórum” trata da questão da demografia e idade média das aposentadorias no Brasil. Segundo Sara, o diagnóstico diz que “as mulheres contribuem menos, trabalham menos, se aposentam antes e vivem mais”. Portanto, tal estudo leva a crer que “as mulheres são as causadoras dos [supostos] déficits”. Ela diz que esse tipo de interpretação é encontrado na lei federal 13.135/2015, que realiza um diagnóstico que se articula com esse ponto da contrarreforma da previdência. “Detectaram que os Estados do Norte e Nordeste são os Estados nos quais as mulheres jovens se casam com homens mais velhos”. A conclusão da lei, que segundo a professora “não é técnica, mas moralista”, é de que “essas mulheres devem ser impedidas de ter a pensão vitalícia”. Em resumo: “Não tenho dúvidas de que a principal camada que será atingida por esta reforma serão as mulheres, porque em média nós estamos vivendo cinco anos mais do que os homens — chega a sete, dependendo do Estado”.

**“Arrocho”.** Uma das formas de financiamento da Previdência seria “pela elevação da contribuição dos servidores públicos muni-



	3.517	62,8	1.760.995		
RGPS					
RPPS	2.080	37,2	1.155.803	6.253.084	7.408.887
TOTAL	5.597	100,0	2.916.798	6.253.084	9.169.882

Adriana Tufaille

cipais, estaduais e federais para um mesmo patamar”. Ela comentou o caso do Estado do Rio de Janeiro, em que o projeto de austeridade adotado pelo governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) encaminha, sob forma de projeto de lei, a passagem da contribuição dos funcionários daquele Estado de 11% para 14%, com um ano e oito meses de contribuição extra de 16%, totalizando 30%. “Se nós tomarmos em nossos salários Imposto de Renda e contribuição previdenciária, é quase a mesma relação que a do fundo público com a dívida. É quase 47%, 52% de devolução ao Estado, pela via das nossas contribuições e dos nossos recolhimentos de impostos. É um arrocho sobre as nossas vidas”.

Outro ponto levantado pela professora da UFRJ é que desapareceria a diferença de regras entre homens e mulheres, portanto se “deixaria de reconhecer o que é uma conquista da luta das mulheres”, a múltipla jornada de trabalho: “Nós trabalhamos um número menor de anos em relação aos homens. Contribuímos, portanto, com 30 anos e criamos, cuidamos e formamos a classe trabalhadora do futuro. É trabalho para a vida inteira. Mas deixam isso de lado, e estabelecem uma ‘isonomia’ entre 35 e 40 anos [de contribuição] para todos, homens e mulheres. E também estabelecem a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres”.

Outro objetivo da proposta de reforma da Previdência é a convergência dos regimes próprios de previdência. Atualmente, pela Constituição Federal de 1988, todos os municípios e estados da Federação estão autorizados a constituir regimes próprios de previdência social (RPPS). “Todos nós, que somos força de trabalho estatutária [caso da USP], em alguma instituição do Estado, podemos ter nossas

aposentadorias e pensões construídas a partir de um regime próprio de previdência social”. Hoje, no Brasil, existem 2.052 municípios (incluídas as capitais), que possuem regimes próprios de previdência social. Somando-se os Estados, Distrito Federal e União, a soma chega a 2.080 RPPS, com regras diferenciadas, “consoantes às lutas que os trabalhadores daquele município, Estado ou na Federação conseguiram impor e estabelecer”, aponta Sara.

Em 1988, quando o Regime Geral (RGPS) e um Regime Próprio foram criados, uma das propostas da classe trabalhadora era que fosse criado um único regime previdenciário. “Perdemos”, explicou. Segundo ela, fazer regimes separados, entre 1988 e os anos 2000, foi uma “entrada gigantesca de dinheiro no Estado” e “os Estados utilizaram esse dinheiro que entrou pela nossa contribuição para fazer tudo o que nós imaginamos e não conseguimos imaginar”. A convergência dos regimes próprios “implica fazer uma isonomia às avessas”, é uma “moeda de troca para negociação de dívidas dos Estados e dos municípios”. Segundo a professora, Temer “é isonômico” e sua contrarreforma “afetará tanto o Regime Próprio quanto o Regime Geral”.

Na avaliação de Sara, a reforma da Previdência faz parte de um conjunto de medidas que atacam também a educação, como a Medida Provisória 746, que instituiu a reforma do Ensino Médio, e o projeto de lei “Escola Sem Partido”. Ela aponta que, para flexibilizar as aposentadorias dos profissionais da Educação, “é preciso nos desmoralizar”. “Acabar com disciplinas é reduzir custos, do ponto de vista do capital, e esse ataque conjugado é um ataque econômico, político e ideológico”.

# Dotação orçamentária da FFLCH coloca em xeque composição e papel da COP

Na reunião do Conselho Universitário (Co) de 8/11, a diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Maria Arminda do Nascimento Arruda, questionou o valor das dotações orçamentárias anuais que vêm sendo destinadas a essa unidade, que é a maior da USP em número de alunos. Por meio de gráficos que apresentou, a diretora sustentou que a unidade tem recebido da Reitoria um montante de recursos inferior ao necessário e inferior, em termos proporcionais, ao destinado a outras unidades.

A apresentação revelou que a dotação básica da FFLCH vem decrescendo desde 2013, quando foi de R\$ 7,140 milhões. Caiu para R\$ 4,64 milhões em 2014, subiu ligeiramente para R\$ 4,73 milhões em 2015 e recuou para R\$ 3,78 milhões em 2016, valor inferior aos R\$ 4,02 milhões recebidos pela unidade em 2010. Segundo Maria Arminda, a redução compromete treinamento, equipamentos de segurança, informática e manuten-

ção predial — a verba desta declinou de R\$ 1,21 milhão em 2013 para R\$ 663 mil em 2016.

Maria Arminda optou, nos gráficos, por fazer uma comparação direta com os números correspondentes da Escola Politécnica (EP). Mostrou por exemplo que, embora tenha “menos de metade” dos alunos da FFLCH, a EP recebeu dotação básica de R\$ 5,9 milhões em 2016, isto é: 56% acima dos R\$ 3,78 milhões destinados à FFLCH.

A exposição da diretora foi seguida de uma insólita resposta de José Roberto Piqueira, diretor da EP, que integra a Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), colegiado a quem compete propor o orçamento da universidade e as correspondentes dotações por unidade.

**Desagravo.** Piqueira expressou-se de modo rude. Alegou que a EP possui grande número de equipamentos e laboratórios, e afirmou que a diretora da FFLCH comparou grandezas diferentes, “preço da laranja com preço da

melancia”, sendo por isso “comparação sem sentido e quase primária”. Acrescentou que “as pessoas têm que fazer bem o seu trabalho, façam bem o seu trabalho” e definiu a fala da colega como “chororô”. Maria Arminda replicou em seguida e recebeu aplausos até da mesa diretora. O episódio foi objeto de uma nota da Diretoria da Adusp, “Desagravo à FFLCH”, publicada no *Informativo Adusp* 428.

Qualquer que seja o desdobramento específico do protesto da FFLCH, fica uma questão central que é a distribuição interna dos recursos via COP.

A discussão é antiga. Em dezembro de 2002, quando o Co preparava-se para votar as diretrizes orçamentárias de 2003, o representante discente da Pós-Graduação na COP, José Menezes Gomes, propôs a retirada do item denominado “Adicional de Desempenho Acadêmico”, que definia critérios para a destinação de uma parcela de 20% da verba destinada a “outros custos e investimentos”. Esta última

correspondia, então, a 15% do orçamento total da USP (em números da época, cerca de R\$ 300 milhões, de um total de R\$ 2 bilhões). Assim, o item em questão representava 3% do orçamento, o equivalente a cerca de R\$ 60 milhões.

A COP, contudo, rejeitou a proposta. “Quando se discute o orçamento da USP estamos, é claro, discutindo uma concepção de universidade. Isso fica bem claro quando analisamos as diretrizes orçamentárias: nelas está a concepção de uma universidade voltada para o mercado, tendo nas fundações privadas e nos cursos pagos as vantagens para recebimento de verbas de parte do item ‘outros custos e investimentos’. O caráter produtivista na determinação de parte desta verba é bem evidente”, declarou à época Gomes (vide *Informativo Adusp* 128).

Quais critérios norteiam a distribuição desses recursos entre as diferentes unidades? Esses critérios foram discutidos e aprovados pelo Co? Com a palavra, a Reitoria!

## Reitoria processa funcionários e estudantes

A Reitoria da USP, por intermédio da Procuradoria Geral (PG-USP), abriu processos administrativos contra funcionários técnico-administrativos e estudantes da universidade, em razão da manifestação de protesto realizada durante reunião do Conselho Universitário (Co) de 14/4/15, que ocorreu no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN).

Durante a sessão, que dava continuidade ao processo, iniciado em 2014, de revisão do Estatuto da USP, funcionários e estudantes da universidade realizavam um protesto para pressionar o Co, quando ativistas do movimento negro, em movimento paralelo, solicitaram ao reitor M.A. Zago que aceitasse a entrada de quatro pessoas na reunião. Esses representantes foram levados ao encontro de uma comissão designada pela Reitoria. No entanto, diante da negativa da Reitoria ao pedido, os manifestantes decidiram irromper no IPEN.

Em virtude do ocorrido, a PG-USP instaurou processos administrativos, sem, no entanto,

passar por sindicância, como deveria ocorrer. Segundo Bruno Coturri e Felipe Cavalheri, diretores do Sintusp, tais processos são de “três tipos”, em função da natureza dos vínculos que os processados têm com a universidade: um deles envolve três funcionários, baseado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), “para apurar falta grave e portanto [propiciar] demissão por justa causa”; outro, envolve quatro pessoas que possuem vínculos com a USP (funcionário estatutário ou estudante) e baseia-se tanto na CLT quanto no Regimento Disciplinar da universidade (RD); e um terceiro envolve três estudantes e baseia-se apenas no RD. Os três processos, dizem os entrevistados, foram instaurados em junho de 2015, mas as intimações só foram enviadas em outubro de 2016.

**Perseguição.** Coturri diz que o fato de o envio das intimações só haver ocorrido em outubro deste ano, mais de um ano após a abertura dos processos, não é mero acaso, pois a Reitoria prefere dar andamento aos pro-

cessos e sindicâncias contra funcionários e estudantes “em momentos de refluxo”, após movimentos de greve. “É sempre bom lembrar que o Claudionor Brandão [dirigente do Sintusp, exonerado por perseguição política na gestão de J.G. Rodas] foi demitido no dia 8/12. E agora, o Zago vai aproveitar este momento em que o movimento está mais frágil, depois de uma greve das três categorias”.

Cavalheri, por sua vez, avalia que o critério da gestão M.A. Zago-V. Agopyan é incriminar “novos militantes das categorias”, visando a reprimir “um setor específico da militância”, pois dos sete trabalhadores processados “apenas um tem mais tempo na categoria”. Para ele, os processos têm um claro viés de perseguição política: “Várias pessoas são colocadas em um mesmo processo, sob um monte de acusações genéricas. Juridicamente é um processo bem ruim. É um processo político, porque muitas pessoas poderiam ser identificadas a partir das fotos, pelo mesmo critério que eles utilizaram, e não estão sendo processadas”.

**Testemunhas.** Algumas das testemunhas de acusação incorrem em conflito de interesses, já que possuem ligação direta com membros da comissão processante, presidida pela professora Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, diretora da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB). É o caso do vice-diretor da FOB, Carlos Ferreira dos Santos. “O vice-diretor tem relação hierárquica direta com a presidente da comissão processante, e ser testemunha de acusação do processo é no mínimo preocupante”, aponta Coturri.

Cavalheri lembra que o julgamento do dissídio coletivo de 2016 foi favorável à categoria, na medida em que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2) considerou a greve “legal, feita dentro dos trâmites corretos, comunicada, deliberada em assembleia, não abusiva” e que, portanto, a USP não deveria ter cortado os salários. A USP não cumpriu a determinação, mas o TRT-2 solicitou à Reitoria que informe se cumpriu a decisão e, em caso afirmativo, “que comprove no processo o cumprimento da decisão do pagamento dos dias parados”.